DocuSign Envelope ID: 43CFFB24-81E6-42D5-A194-041008654C6D

A TRIBUNA

Quinta-feira,14 de Março de 2024

Publicação realizada de forma 100% digital por A Tribuna de Santos Jornal e editora Ltda no site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA**. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://www.atribuna.com.br/publicidade-legal

DocuSigned by

Cruz Silva Micaela

Assinado por: A TRIBUNA DE SANTOS JORNAL E EDITORA LIMITADA:58183401000104
CPF: 06217708841
Data/Hora da Assinatura: 14/03/2024 | 11:18:01 BRT

O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Santos, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5

6170FC5E15DB49E...

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do link https://www.atribuna.com.br/publicidade-legal

DocuSign Envelope ID: 43CFFB24-81E6-42D5-A194-041008654C6D

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e os correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2022. **COMPANHIA:** O Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto" ou "Companhia") foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, atualmente denominada Santos Port Authority - SPA. Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a SPA o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m². Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m², restando uma área de aproximadamente 33.500 m² que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a SPA efetuaria o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o "Sítio Padrão" do Porto de Santos. Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judicias, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. Fixou que essa determinação pode ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do Poder Concedente. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10. O plano de investimentos foi apresentado e se encontra em fase de avaliação. Em 01 de dezembro de 2023, o Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos S.A., com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou a Portaria DIPRE nº 209.2023, que prorrogou por 180 dias, a contar de 09 de dezembro de 2023, a medida cautelar consubstanciada no Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Para maiores informações sobre o contexto operacional vide Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS: RECEITA LÍQUIDA:** A receita bruta atingiu R$393,3 milhões em 2023, redução de 7,6% em relação a 2023 devido à redução das operações, em função do encerramento do contrato de arrendamento, previsto, atualmente, para junho/24. A receita líquida totalizou R$235,0 milhões em 2023, redução de 5,8% em relação ao ano anterior. As deduções sobre a receita bruta somaram R$158,3 milhões, 10,1% inferior a 2022. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº17 da Demonstração Financeira da Companhia. **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$258,7 milhões, aumento de 14,0% em relação a 2022. Desconsiderando a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$192,5 milhões, aumento de 8,2%. As principais variações foram: **Pessoal:** R$66,8 milhões em 2023, aumento de R$13,3 milhões (+24,9%) devido, principalmente, à provisão de reclamações trabalhistas e ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho. **Conservação e Manutenção:** R$8,0 milhões em 2023, redução de R$3,0 milhões (-27,1%), devido à redução do dispêndio com manutenção de equipamentos (empilhadeiras e guindastes) e materiais de manutenção e conservação. **Serviços de terceiros:** R$62,2 milhões em 2023, redução de R$2,5 milhões (-3,9%) em função da redução dos custos e despesas variáveis com transporte e com serviços do Órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO). **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R$27,9 milhões em 2023, redução de R$0,4 milhão (-1,2%) devido, principalmente, ao menor gasto com liberação de contêiner. **Outros:** R$27,6 milhões em 2023, aumento de R$7,2 milhões (+35,0%) devido, principalmente, ao aumento nos custos com condenações cíveis. **Depreciação e Amortização:** R$66,2 milhões em 2023, aumento de R$17,0 milhões (+34,7%) em função da retomada das operações e retomada da depreciação de ativos anteriormente paralisada. Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2023, o EBITDA totalizou R$42,9 milhões e margem EBITDA de 18,3%, redução de R$28,9 milhões (-40,2%) em relação a 2022. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R$6,6 milhões em 2023, redução de R$74,7 milhões (-109,6%) em relação a 2022 quando o valor era positivo em R$68,1 milhões. Essa variação deve-se principalmente, à atualização monetária sobre os Ativos Indenizáveis e AVP do ativo sujeito a indenização. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº19 da Demonstração Financeira da Companhia. **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** Em 2023, o Ecoporto Santos registrou prejuízo líquido de R$32,0 milhões. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO:** O Ecoporto Santos encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R$130,5 milhões. A dívida com Arrendamentos a Pagar era de R$4,6 milhões. Em 2023, o Ecoporto não possuía dívidas com Empréstimos, financiamento e Debêntures. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nºs 12 e 14 da Demonstração Financeira da Companhia. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos realizados pelo Ecoporto Santos totalizaram R$10,4 milhões em 2023. Os principais investimentos foram em tecnologia, instalações, máquinas e equipamentos. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri . **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R$171,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria do Ecoporto Santos S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Santos - SP, 13 de março de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	98.543	57.333
Aplicações financeiras	6	31.975	2.931
Clientes	7	21.567	35.073
Tributos a recuperar		4.411	5.497
Despesas antecipadas		1.767	1.756
Partes relacionadas	14	318	354
Outros créditos		7.863	7.822
Total do ativo circulante		166.444	110.766
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras - conta reserva		1.040	978
Ativo sujeito a indenização	1.e)	313.585	304.578
Depósito judiciais	8	99.621	97.486
Imobilizado	9	5.623	57.307
Intangível	10	5.090	6.000
Total do ativo não circulante		424.959	466.349
TOTAL DO ATIVO		591.403	577.115

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		31.146	29.907
Passivo de arrendamento	12	4.607	5.304
Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.423	8.472
Obrigações sociais e trabalhistas		20.068	14.113
Partes relacionadas	13	194	38
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.b)	230	-
Outras contas a pagar		10.189	3.963
Total do passivo circulante		71.857	61.797
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	15	145.492	108.684
Outras contas a pagar		1.196	1.734
Total do passivo não circulante		146.688	110.418
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a)	1.089.614	1.089.614
Reserva de capital - plano de opção com base em ações		1.570	1.570
Prejuízos acumulados		(718.326)	(686.284)
Total do patrimônio líquido		372.858	404.900
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		591.403	577.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	17	235.008	249.452
Custo dos serviços prestados	18	(218.197)	(191.275)
LUCRO BRUTO		16.811	58.177
Despesas gerais e administrativas	18	(40.501)	(35.734)
Outras receitas (despesas), líquidas		395	215
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(23.295)	22.658
RECEITAS FINANCEIRAS	19	59.412	92.004
Despesas financeiras	19	(65.975)	(23.912)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(6.563)	68.092
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(29.858)	90.750
Imposto de renda e contribuição social	11	(2.184)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(32.042)	90.750
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS)	20	(0,02)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(32.042)	90.750
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(32.042)	90.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social Subscrito	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Prejuízos acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2022	1.084.614	1.570	(777.034)	309.150
Aporte de capital	5.000	-	-	5.000
Lucro do exercício	-	-	90.750	90.750
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.089.614	1.570	(686.284)	404.900
EM 1º DE JANEIRO DE 2023	1.089.614	1.570	(686.284)	404.900
Prejuízo do exercício	-	-	(32.042)	(32.042)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.089.614	1.570	(718.326)	372.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(32.042)	90.750
Ajustes para reconciliar o lucro gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	66.207	49.159
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	17	2
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	16.430	3.968
Atualização monetária de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	27.390	7.764
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(5.824)	(5.280)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	3.139	7.053
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(956)	1.378
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.184	-
Receita financeira de aplicações financeiras - vinculadas	(80)	(70)
Obrigações com poder concedente	20.228	21.579
Variação monetária, AVP e amortização do Ativo Sujeito a Indenização	(9.007)	(76.909)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	14.462	(12.037)
Tributos a recuperar	1.086	(3.344)
Despesas antecipadas	(11)	6.124
Depósitos judiciais	3.689	682
Outras contas a receber e outros créditos	(41)	3.149
Partes relacionadas - clientes	36	554
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.239	888
Obrigações sociais e trabalhistas	5.955	6.800
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(3.049)	1.976
Partes relacionadas - fornecedores	156	(12)
Pagamento de perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	(7.012)	(5.222)
Outras contas a pagar	5.688	(16.108)
Pagamentos de obrigações com Poder Concedente	(20.228)	(21.579)
Imposto de renda e contribuição social	(1.954)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	87.702	61.265
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações financeiras - conta reserva	18	16
Aplicações financeiras	(29.044)	(2.373)
Aquisição de imobilizado	(4.978)	(4.708)
Aquisição de intangível	(5.435)	(4.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(39.439)	(11.707)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aporte de Capital/AFAC pelo controlador	-	5.000
Pagamento de arrendamentos	(3.914)	(1.522)
Juros pagos sobre arrendamentos	(3.139)	(7.053)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(7.053)	(3.575)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	41.210	45.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.333	11.350
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	98.543	57.333
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	41.210	45.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos" ou "Companhia") foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP - atualmente denominada Santos *Port Authority* - SPA. A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Em 12 de junho de 1998 foi assinado o Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") com a Santos *Port Authority* - SPA para exploração de instalação portuária situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos. O Contrato tinha vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014. Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e o reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos. Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ato reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020. Em 26 de maio de 2022, a ANTAQ proferiu o Acórdão nº 301/2022 através do qual reitera o direito do Ecoporto Santos ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R$ 94.304.281 (noventa e quatro milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais), com data-base em dezembro 2016. A SNPTA encaminhou à SPA o Despacho nº 34/2022/CGEV/DGCO/SNPTA através no qual reitera a decisão proferida no Acordão ANTAQ nº 301/2022 e solicita à SPA que indique a melhor forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto. Desta forma, o Ecoporto ainda aguarda a definição da SPA quanto à forma de adimplemento da indenização, conforme determinado pela SNPTA, através dos Ofícios de nº 130/2022/DGCO/SNPTA (de 6.6.2022) e nº 218/2022/DGCO/SNPTA (de 1º.9.2022).), sendo que em 16 de dezembro de 2022, a SNPTA, através do ofício 738/2022/SNPTA, esclareceu ser possível o pagamento da indenização tanto pela licitante vencedora do certame da área do STS-10, mediante expressa previsão editalícia, ou através de pagamento direto pela Autoridade Portuária ao Ecoporto, cabendo a escolha à SPA. Em paralelo, considerando que a SNPTA não se manifestou quanto ao pedido de celebração do compromisso arbitral, bem como quanto à possibilidade de instauração de processo de mediação para solucionar a controvérsia referente ao pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2), a Companhia ajuizou em 28 de setembro p.p., ação anulatória em face da União e da ANTAQ tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito de reequilíbrio contratual. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e aguarda-se apresentação de defesa por parte da UNIÃO e da ANTAQ. Em 27 de outubro de 2022, o MInfra enviou o ofício nº 1184/2022/SE ao Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do qual informou que o terminal STS-10 será tratado como ativo do Porto de Santos para fins da desestatização da Autoridade Portuária. Com isso, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) determinou o sobrestamento do processo de licitação do STS-10 até a deliberação do TCU sobre o assunto da Concessão Portuária, previsto para ocorrer em sessão ordinária do Plenário de 8 de março de 2023. Diante das incertezas quanto ao prosseguimento da licitação do STS-10, o Ecoporto, em dezembro de 2022, requereu, no âmbito do processo administrativo acima referido, que a SNPTA reconsiderasse sua decisão sobre renovação antecipada frente ao novo cenário e à possibilidade de realização dos Investimentos Urgentes. Faz-se referência, ainda, à necessidade de ajuizamento de ação judicial, em 4 de novembro de 2022, (processo n. 5006237-92.2022.4.02.6104), questionando a cobrança retroativa da Movimentação Mínima Contratual (MMC) pela Autoridade Portuária Santos Port Authority (SPA), no valor de R$62.653. Em 16 de novembro de 2022, foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. A decisão judicial vai ao encontro da decisão proferida no processo 5004980-32.2022.4.03.6104, no qual o Ecoporto também obteve decisão favorável para continuar efetuando pagamento tal qual realizado ao longo do contrato. A Companhia, amparada no parecer de seus assessores jurídicos externos que classificam como remota a chance de perda, acredita na tese e na qualidade do seu direito que questiona a ilegalidade da cobrança frente à mudança de interpretação contratual após 24 (vinte e quatro anos) anos do contrato de concessão. Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judicias, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. O despacho fixou que essa determinação pode ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do Poder Concedente. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10. O plano de investimentos foi apresentado e se encontra em fase de avaliação. Em 01 de dezembro de 2023, o Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos S.A., com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou a Portaria DIPRE nº 209.2023, que prorrogou por 180 dias, a contar de 09 de dezembro de 2023, a medida cautelar consubstanciada no Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance*). Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE *effective tax rate*" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia. e) Ativo financeiro: Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da Companhia, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R$234.056, sendo que o valor residual de R$99.778 estava demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado", assim foi constituído um ativo financeiro de R$134.278 (R$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R$313.604 (sendo R$19 o valor residual demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado" e R$313.585 no ativo financeiro). Considerando os 2 (dois) aditivos contratuais e a extensão do prazo de concessão até junho de 2024, a Companhia passou a "amortizar" o ativo financeiro em virtude da utilização dos referidos investimentos nas operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o valor da amortização, registrado no resultado foi de R$6.944.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 19). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos tangíveis e intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). f) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. g) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. h) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

continua ...

DocuSign Envelope ID: 43CFFB24-81E6-42D5-A194-041008654C6D

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Provisões: as provisões para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; • Reconhecimento de receita de portos: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais; • Reconhecimento de receita armazenada: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais; • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 9). Obrigações com poder concedente: As obrigações com poder concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota 14.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	7	10
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	96.645	57.009
Operações compromissadas (b)	1.600	-
Aplicações automáticas (c)	291	314
	98.543	57.333

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 84% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (0% em 31 de dezembro de 2022), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. (c) Além das modalidades acima, a Companhia possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	31.332	2.931
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	643	-
	31.975	2.931

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitidas pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remuneradas à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados (a)	23.248	37.710
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (b)	(1.681)	(2.637)
	21.567	35.073

(a) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no porto de Santos. (b) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	19.042	32.525
Vencidos:		
Até 30 dias	3.452	4.377
De 31 a 90 dias	98	352
De 90 a 120 dias	3	93
Acima de 120 dias	653	363
	23.248	37.710

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(2.637)	(1.259)
Valores recuperados e baixados	2.488	1.134
Constituição de PECLD	(1.532)	(2.512)
Saldo no fim do exercício	(1.681)	(2.637)

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota16 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.
A natureza dos depósitos judiciais é:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Cível	499	781
Tributário	144	169
Trabalhista	3.639	6.776
THC2 - *Terminal Handling Charge*	95.339	89.760
	99.621	97.486

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	97.486	92.888
Adições	789	944
Baixas	(4.478)	(1.626)
Atualização monetária	5.824	5.280
Saldo no fim do exercício	99.621	97.486

9. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	10,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	11,9	10,1	4,3	0,5	28,4	3,0	21,9	-	-
CUSTO									
Saldos em 31/12/2022	9.264	31.452	3.548	218.359	171.083	2.212	8.441	-	444.359
Adições	279	681	39	622	1.796	-	1.561	-	4.978
Baixas	-	-	(18)	(442)	-	-	-	-	(460)
Saldos em 31/12/2023	9.543	32.133	3.569	218.539	172.879	2.212	10.002	-	448.877
DEPRECIAÇÃO									
Saldos em 31/12/2022	(8.373)	(29.042)	(3.409)	(217.471)	(119.306)	(2.145)	(7.306)	-	(387.052)
Adições	(1.117)	(3.223)	(154)	(1.154)	(48.908)	(67)	(2.022)	-	(56.645)
Baixas	-	-	17	426	-	-	-	-	443
Transferências	-	2.242	-	-	(2.242)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	(9.490)	(30.023)	(3.546)	(218.199)	(170.456)	(2.212)	(9.328)	-	(443.254)
RESIDUAL									
Em 31/12/2023	53	2.110	23	340	2.423	-	674	-	5.623
Em 31/12/2022	891	2.410	139	888	51.777	67	1.135	-	57.307

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	10,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,6	8,8	7,1	0,3	23,1	2,0	19,2	-	-
CUSTO									
Saldos em 31/12/2021	9.059	28.882	3.330	218.126	170.948	2.122	7.189	3.322	442.978
Adições	205	2.570	222	233	135	90	1.253	-	4.708
Baixas	-	-	(4)	-	-	-	(1)	(3.322)	(3.327)
Saldos em 31/12/2022	9.264	31.452	3.548	218.359	171.083	2.212	8.441	-	444.359
DEPRECIAÇÃO									
Saldos em 31/12/2021	(6.942)	(26.397)	(3.170)	(216.916)	(79.884)	(2.102)	(5.804)	-	(341.215)
Adições	(1.431)	(2.645)	(243)	(555)	(39.422)	(43)	(1.502)	-	(45.841)
Baixas	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Saldos em 31/12/2022	(8.373)	(29.042)	(3.409)	(217.471)	(119.306)	(2.145)	(7.306)	-	(387.052)
RESIDUAL									
Em 31/12/2022	891	2.410	139	888	51.777	67	1.135	-	57.307
Em 31/12/2021	2.117	2.485	160	1.210	91.064	20	1.385	3.322	101.763

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 10,62% a.a.. Com base nos procedimentos realizados relacionados e a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

10. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Softwares de terceiros	Contrato de concessão (a)	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,2	-	-	(b)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	43.141	42.797	4	10.169	96.111
Adições	457	4.978	-	3.217	8.652
Saldos em 31/12/2023	43.598	47.775	4	13.386	104.763
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(42.512)	(38.971)	(4)	(8.624)	(90.111)
Adições	(973)	(3.827)	-	(4.762)	(9.562)
Saldos em 31/12/2023	(43.485)	(42.798)	(4)	(13.386)	(99.673)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	113	4.977	-	-	5.090
Em 31/12/2022	629	3.826	-	1.545	6.000

(a) A adição na rubrica "Contrato de Concessão" refere-se à finalização das obras relativas ao Termo de Ajuste e Conduta (TAC), celebrado pela Companhia em dezembro de 2018, com o Ministério Público Federal, para minimização dos Impactos a Vizinhança das operações portuárias.
(b) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.(c)

	Softwares de terceiros	Contrato de concessão	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	1,6	-	-	(b)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	42.325	38.971	4	9.912	91.212
Adições	816	3.826	-	257	4.899
Saldos em 31/12/2022	43.141	42.797	4	10.169	96.111
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(41.814)	(38.971)	(4)	(6.004)	(86.793)
Adições	(698)	-	-	(2.620)	(3.318)
Saldos em 31/12/2022	(42.512)	(38.971)	(4)	(8.624)	(90.111)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	629	3.826	-	1.545	6.000
Em 31/12/2021	511	-	-	3.908	4.419

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Não foram registrados no resultado do exercício montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.858)	90.750
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	10.152	(30.855)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(53)	(41)
Despesas indedutíveis	(32)	(213)
Amortização do ágio	18.009	35.293
Incentivos fiscais (PAT)	(8)	(7)
Crédito Tributário não constituído (a)	(31.383)	(4.707)
Compensação de prejuízos fiscais	973	-
Outros	158	530
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.184)	-
Impostos correntes	(2.184)	-

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	2.184	-
Total de IR/CS pagos	(1.954)	-
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	230	-

12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamentos - pagamentos mínimos de arrendamento:	4.607	5.304

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	5.304	6.569
Adições	3.217	257
Encargos financeiros (Nota 19)	3.139	7.053
Pagamento principal	(3.914)	(1.522)
Pagamento de juros	(3.139)	(7.053)
Saldo no fim do exercício	4.607	5.304

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	6,92

Vencimento das prestações	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	6.125	8.609
Total valores não descontados	6.125	8.609
Total juros embutidos	(1.518)	(3.305)
	4.607	5.304

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

		Contrato				Montantes envolvidos				Outras informações	
Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Despesa	Garantias	Posição contratual
a) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	513	145	-	5	Em até 45 dias	367	N/A	Devedor
b) Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	122	189	Em até 45 dias	-	N/A	Credor/Devedor
b) Ecopátio Cubatão Logistica Ltda.	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	196	-	Em até 45 dias	-	N/A	Credor
Total em 31 de dezembro de 2023						318	194		367		
Total em 31 de dezembro de 2022						354	38		492		

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) Compartilhamento de despesas administrativas: Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R$3.968 (R$3.215 em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R$4.355, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.
A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	2.161	1.996
Gratificação	1.026	491
Remun. com base em ações *(Phantom Stock Option/Restricted Stock)*	254	(16)
Seguro de vida	8	7
Assistência saúde	151	122
FGTS	155	127
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (*Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS*)	600	488
	4.355	3.215

14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

Refere-se aos pagamentos de taxas a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-
Custo (Nota 18)	20.228	21.579
Pagamento do principal	(20.228)	(21.579)
Saldo no final do exercício	-	-

15. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.229	94.167	8.539	4.749	108.684
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	12.377	4.075	(22)	16.430
(-) Pagamentos	-	(1.389)	(4.979)	(644)	(7.012)
(+) Atualização monetária	134	26.119	597	540	27.390
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.363	131.274	8.232	4.623	145.492

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.118	86.679	11.758	2.619	102.174
(+) Complemento de provisão	100	1.651	500	1.717	3.968
(-) Pagamentos	(100)	(116)	(4.654)	(352)	(5.222)
(+) Atualização monetária	111	5.953	935	765	7.764
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.229	94.167	8.539	4.749	108.684

a) Processos Ambientais: Em 31 de Dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R$3.004 (R$3.464 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração; portanto, sem constituição de provisão. b) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde, principalmente a: (a) ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021. (b) Ação de Cobrança nº. 1015346-78.2016.8.26.0562, movida por Libra Terminais S.A., em face do Ecoporto Santos S.A., visando a cobrança dos valores relativos aos serviços de segregação e entrega de contêineres (THC-2). Em que pese a tese sobre a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega não estar pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), as partes demonstram disposição em celebrar acordo no decorrer de 2023, visando pôr fim a esta demanda, razão pela qual a Companhia realizou o provisionamento do valor apurado por contador contratado pela Companhia. Os autos se encontram com a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 23 de abril de 2021. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2023 R$60.657 (R$48.279 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. c) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$8.281 (R$1.952 em 31 de dezembro de 2022), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. d) Processos tributários: O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022 também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R$78.033 (R$71.702 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$1.089.614 e representado por 1.666.041.021 ações sendo 1.649.241.421 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais, todas pertencentes a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. b) Reserva de lucros - legal e estatutária: Legal: constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Estatutária: o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito. c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

17. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no porto de Santos. Imposto sobre prestação de serviços: Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços. Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas portuária bruta	393.336	425.536
Deduções da receita	(158.328)	(176.084)
	235.008	249.452

Deduções	31/12/2023	31/12/2022
Cofins (3%)	(27.304)	(28.984)
PIS (0,65%)	(5.928)	(6.303)
ISS (2% a 5%)	(19.705)	(21.114)
Deduções do reconhecimento da receita (a)	(105.391)	(119.683)
	(158.328)	(176.084)

a) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	66.757	53.456
Conservação e manutenção	8.018	10.997
Serviços de terceiros (a)	62.169	64.666
Seguros	2.248	2.375
Poder concedente (Nota 14)	20.228	21.579
Depreciações e amortizações (Notas 9 e 10)	66.207	49.159
Locação de imóveis e máquinas	5.431	4.304
Outros custos e despesas operacionais	27.640	20.473
	258.698	227.009
Custo dos serviços prestados	218.197	191.275
Despesas gerais e administrativas	40.501	35.734
	258.698	227.009

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	13.984	4.437
Variação monetária Ativo sujeito a indenização	38.887	81.281
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 8)	5.824	5.280
Outras	717	1.006
	59.412	92.004
Despesas financeiras:		
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(2.762)	(3.945)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) (Nota 12)	(3.139)	(7.053)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 15)	(27.390)	(7.764)
AVP Ativo sujeito a indenização	(22.936)	(4.372)
Outras	(9.748)	(778)
	(65.975)	(23.912)
Resultado financeiro, líquido	(6.563)	68.092

20. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro (prejuízo) básico por ação: O Lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	(32.043)	90.750
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	1.666.041	1.664.742
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	(0,02)	0,05

b) Lucro (prejuízo) diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índices de endividamento: Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	4.607	5.304
Disponibilidade (b)	(99.583)	(58.311)
Dívida líquida	(94.976)	(53.007)
Patrimônio líquido (c)	372.858	404.900
Índice de endividamento líquido	(0,25)	(0,13)

(a) A dívida é definida como passivo de arredamento, circulantes, conforme detalhado na Nota 12. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa média ponderada de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,4%, em 31 de dezembro de 2022) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	98.543	98.543
Clientes (b)	21.567	21.567
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	33.015	33.015
Passivos:		
Fornecedores (b)	31.146	31.146
Passivo de Arrendamento (c)	4.607	6.125
Classificação - Valor justo através do resultado	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Phantom Stock Option e *Phanton Restricted Stock* (d)	393	393

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa , aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) O passivo de arrendamento está registrado ao custo amortizado na data do balanço. (d) O valor *do Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos

continua ...

DocuSign Envelope ID: 43CFFB24-81E6-42D5-A194-041008654C6D

de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. (i) Risco da taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco *"rating"* AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses
Passivo de Arrendamento.....	Conforme contrato individual	6.125
		6.125

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a) ..	Alta do CDI	9.781	12.227	14.672
Juros a incorrer, líquidos.....		9.781	12.227	14.672

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I -provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

22. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC 06 (R2)	3.217	257

23. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública por meio de arrendamento oneroso, de uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de serviços portuários relacionadas a exploração da área arrendada. Nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente)
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
ROBERTO BORGES PAIVA

Comitê Financeiro Não Estatutário:

MARCELLO GUIDOTTI

DIRETORIA

Diretor de Gestão Corporativa e Financeira - **RICARDO RIUTTI TANABE**
Diretor Comercial - **LUIZ CLÁUDIO DE ARAÚJO SIMÕES**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ** - CRC 1PR050369/O-4 'T' SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Ecoporto Santos S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A. ("Companhia "), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoporto Santos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase
Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente encerrará em junho de 2024 com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências, portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7